ATA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SETUAGÉSIMO OITAVO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, PARA TRATAR DA IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI QUE CRIE O PROGRAMA BOLSA ALUGUEL SOCIAL.

Às dez horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito a Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Segundo Período Legislativo de dois mil e treze, da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista. **Mestre de Cerimônia:** cumprimentou todos os presentes e convidou para compor a Mesa as seguintes autoridades: vereadora Aline Rezende – Presidente em exercício da Câmara Municipal de Boa Vista, vereador Mario Cesar – Propositor da Audiência. Vereador Júlio Cézar – Primeiro Secretário. Maria Alves Ferraz – Presidente da AMD/RR e Coordenadora Nacional do MTST. Senhor Ricardo Matos, representando à senhora Eugênia Glaucy Moura Ferreira, Presidente do Conselho Estadual das Cidades. Senhor Fábio Lima, representando o Senhor Paulo André de Souza – Superintendente de Patrimônio da União. Presidente Agradeceu a presença do Senhor Alberto da Silva Souza, representante da Central de Movimentos Populares e o Senhor Dionizio Alves da Silva, do SITRACOMO. A senhora Presidente solicitou ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores para a verificação de quórum, o qual fez constar a presença dos seguintes vereadores; **Abel Salvador Mesquita Junior, Antônio Adberto Resende Veras, João Maria Mario Cesar Balduíno, José Flávio de Matos, Júlio Cézar Medeiros Lima, Manoel Neves**

de Macedo, Mauricélio Fernandes de Melo, Leonardo Rodrigues Moreira. A Presidente em exercício, Vereadora **Aline Rezende**, deu inicio a audiência pública para tratar sobre a solicitação do pedido do Movimento dos Trabalhadores sem Teto de Roraima, para a implantação de um Projeto de Lei que cria o Programa Bolsa Aluguel Social, que consiste na concessão pelo Poder Executivo de benefício destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade social, que estão na iminência de ficar sem qualquer tipo de abrigo. Vereador **Abel Galinha** perguntou se havia algum parecer jurídico técnico a respeito deste projeto para que pudesse ser fornecido aos vereadores. Vereador **Júlio Cézar** em resposta disse que já existe essa solicitação do Movimento em outros Estados e através dessa audiência os vereadores podem ficar cientes do que está acontecendo e irão poder representar o MTST junto ao Executivo Municipal. Vereador **Mario Cesar** respondendo a indagação do vereador Abel Galinha, explicou que já houve debate e reunião com relação a isso e agora em audiência pública irão debater e ver qual será o melhor caminho com as entidades e com os representantes dos trabalhadores presentes, para que também o poder Executivo possa dar uma resposta à altura das expectativas dessas famílias que aguardam a solução do problema. Vereador **Abel Galinha** questionou se alguém do Executivo foi convidado para a presente audiência pública. Vereador **Mario Cesar** disse que todos foram convidados. Vereadora **Aline Rezende** falou que em dois mil e oito houve um seminário internacional de locação social em Brasília, no dia 08 e 11 de dezembro de 2008, do qual também participou a atual Prefeita de Boa Vista, Tereza Surita, pois era um programa dela, que na época era Deputada Federal. Vereador **Júlio Cézar** falou para o Vereador Abel Galinha que existe uma reunião da Comissão formada por cinco vereadores, que se reuniram com o líder da Prefeita e que foi tratado o assunto junto com os líderes do Movimento. Para essa audiência tentaram convidar todos os representantes tanto do Município quanto das entidades e dos órgãos envolvidos, mas a mesma irá contar somente com quem compareceu para que ao final desta audiência se possa ter uma resposta mais concreta. Vereador **Edilberto Veras** falou a respeito do memorando enviado para os Gabinetes dos Vereadores onde consta a solicitação do Movimento dos Trabalhadores sem Teto de Roraima, para implantação de um

Projeto de Lei que cria o Programa Bolsa Aluguel Social, mas no ofício 026 do dia 26/4/2013 da senhora Maria Alves Ferraz, está pedindo que implante o Projeto de Lei Nº 1101 de 02 de dezembro de 2010, que foi criado no âmbito municipal. Questionou se o que será discutido no Plenário vai ser o Projeto de Lei que já foi criado ou se será criado outro Projeto de Lei e fez uma crítica dizendo que foi colocado somente a respeito de cinquenta famílias. Sugeriu que fosse mais amplo e beneficiasse todas as famílias que estejam em situação de alto risco. Vereador **Mario Cesar** agradeceu ao esclarecimento e as colocações do Vereador Edilberto Veras e disse que a presente audiência foi solicitada pela sua pessoa, com o apoio dos vereadores, com a participação dos representantes da classe trabalhadora que se faz presente, para discutir hoje a constitucionalidade, o encaminhamento parar oficializar o Programa Bolsa Aluguel em Boa Vista, ou seja, esse é o objetivo desta audiência pública. Informou a todos os presentes que foram convidados para fazerem parte desta audiência pública a Prefeita Teresa Surita, Marcela Medeiros Queiroz - Procuradora Geral do Município de Boa Vista, Aldemar Marinho Brito - Secretário Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas. Tarciana Maria de Assis Ribeiro Xavier - Secretária Municipal de Gestão Social. Maria Alves Ferraz - Presidente da AMD/RR e Coordenadora Nacional do MTST, Edgar Dias Magalhães - Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR), Antonio Leocádio Vasconcelos Filho - Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima (INTERAIMA), Rodolfo Pereira - Presidente da Fundação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH), Paulo André de Souza - Secretário de Patrimônio da União (SPU) e Eugênia Glaucy Moura Ferreira - Presidente do Conselho Estadual das Cidades. Lamentou que grande parte dos convidados não estivesse presente, mas a audiência está sendo feita porque é desta Casa que partem as decisões, porque tudo o que se debate e se discute na Câmara Municipal de Boa Vista, para atender as necessidades do povo, é feito com coerência. Registrou que mesmo sem a presença de representantes do Poder Executivo, o líder da Prefeita na Câmara, o vereador Mauricélio, se fazia presente. Frisou que ele vai ser o vereador responsável, como representante da Prefeita Teresa Surita, de levar o debate que está acontecendo hoje ao Executivo, para que ela tenha um conhecimento melhor do que representa em

várias capitais do Brasil, o bolsa aluguel. Explicou que é um programa bolsa moradia, que começou a funcionar em agosto de dois mil e três e, atualmente garante um auxilio aluguel no valor de quinhentos reais, que atende as famílias de áreas de risco geológico ou para execução de áreas públicas, como também a população moradora de rua em situação de risco social. Cabe ao beneficiado indicar uma nova moradia e assinar um contrato locatário, porém, para a assinatura do contrato é indispensável vistoria prévia do imóvel por engenheiro. Salientou que a finalidade de vistoria é para assegurar que a moradia está em área de risco geológico, sem a faixa de servidão de rodovias e linhas de transmissão de energia elétrica e também que não tenha defeitos construtivos em condições insalubres. Registrou e ressaltou a luta de Maria Ferraz que tem buscado junto às autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, resolver a questão dessas cerca de cinquenta famílias que foram desabrigadas em fevereiro desse ano e estão aqui para buscar uma solução, tudo baseado num projeto preparado e enviado ao Presidente da Câmara Municipal, Léo Rodrigues. Esse Projeto depende de tramitar na Câmara Municipal e para isso estão aqui buscando uma solução. Deixou claro que é uma Lei completamente diferente da que tramitou aqui na gestão passada, quer dizer, existe uma diferença daquela Lei em relação a esta que estão querendo hoje, para atender todas as famílias que estão aqui representadas. Vereador **Abel Galinha** perguntou se a regulamentação desse Projeto tem que partir do Executivo ou através de uma Indicação dos vereadores para a Prefeita, pois se for através de uma Indicação fica muito fácil porque já existe um convênio, então somente tem que regulamentar. Disse que gostaria de ouvir o Ricardo que é um técnico e posteriormente a dona Maria Ferraz, para formular uma Indicação, para que venha do Executivo esse Projeto de Lei e os Vereadores possam aprovar. Vereador **Mario Cesar** disse que por questão de tempo e para dar andamento a audiência pública, convidou para usar a tribuna a representante dos trabalhadores Maria Ferraz para falar por um tempo de dez minutos acerca do que passaram e estão passando. **Maria Alves Ferraz** cumprimentou a todos os presentes, disse que queria responder ao questionamento do vereador Abel Galinha, dizendo que o Projeto já existe em outros Estados e Municípios, e disse que a atual Prefeita de Boa Vista foi uma das autoras desses Projetos nos outros Estados. Questionou o porquê de não sancionar um Projeto como esse no Município na sua

gestão, ressaltou que este Projeto não é somente para cinquenta famílias, é para todas as famílias que são despejadas das suas áreas de APP e até mesmo de suas casas e também para o Município de Boa Vista, porque se um dia tiver uma enchente e as famílias não tiverem para onde ir esse recurso poderá ajudar essas famílias. Frisou que essa é uma verba federal, ou seja, não vai ser nem a Prefeitura nem a Câmara de Vereadores que irão pagar esse benefício. Essa é uma reivindicação das famílias que estão sofrendo esse desamparo e que estão fazendo a proposta para que os vereadores encaminhem o Projeto para a Prefeita para que ela solicite a verba Federal de maneira que possa atender essas famílias. Disse que trouxeram uma proposta que foi acolhida na conferência nacional, onde havia uma delegação de trinta e cinco pessoas de Roraima, para criar uma comissão para acompanhar as Secretarias que estão passando os projetos habitacionais minha casa, minha vida, onde a Presidência da República deu oportunidade para as entidades, mas infelizmente em Boa Vista tudo é travado, pois hoje deveria ser dada uma resposta para eles pelo Secretário Habitacional, porque tem a lei no Estatuto das Cidades e no Código de Postura do Município, mas essa lei não é cumprida. Pediu que saia desta Casa Legislativa, uma comissão dos movimentos sociais para acompanhar a agilidade desse Projeto na EMHUR, Meio Ambiente, Secretaria de Finanças e outras Secretarias e que essa Comissão tem que ser dos movimentos sociais. Pediu para que os vereadores sejam sensíveis, pois existem famílias que já foram despejadas pela segunda vez e provavelmente serão despejadas pela terceira vez e por isso pediu para que esse Projeto seja aprovado. Vereador **Abel Galinha** Disse que os vereadores sabem da luta dela e que se depender dele, ela ainda vai caminhar muito a procura de melhoria para esse pessoal que lhe acompanha, e a respeito do Projeto de Lei que foi sancionado pelo Governo Federal, os vereadores têm apenas que regulamentar aqui e que ela pode ter certeza que a votação dos vinte e um vereadores será favorável, bem como a procura incansável para que eles possam buscar juntamente a Secretaria de Habitação e aos conselhos soluções para que possam dar mais lares ou arrumar essa bolsa aluguel. Frisou que acredita que essa bolsa aluguel não é justa, o correto seria conseguir construir habitação para todos os moradores que estão sem teto, mas como existe a urgência, então a prioridade seria aprovar o bolsa aluguel. Perguntou se o

Projeto de Lei do Governo Federal é para ser regulamentado pelo Estado ou diretamente pelo Município, porque se for com o Município ela pode ter certeza que os vinte e um vereadores serão a favor dos trabalhadores sem teto. **Maria Alves Ferraz** disse para o vereador Abel Galinha, que o Projeto não quer dizer que as famílias irão ficar no aluguel, irão para um aluguel social onde irão ter todo um acompanhamento social e de lá eles têm que sair para uma habitação que seja indicada pela Prefeitura ou pelo Governo do Estado, porque existe muita habitação sendo feita em Boa Vista, mas infelizmente não chega à população carente da periferia. Pediu para que os outros companheiros Carla Cristina Rocha e Adalberto tenham a oportunidade de usar a tribuna e explanar suas opiniões. Vereador **Mario Cesar** para ratificar o pronunciamento da senhora Maria Ferraz citou alguns Municípios que têm o bolsa aluguel: Petrópolis, no Rio de Janeiro, Nova Friburgo, em Manaus, Osasco em São Paulo e outros vários municípios do Brasil já existem Leis Municipais onde o bolsa aluguel está sendo cumprido de forma democrática e justa. Vereador **Abel Galinha** pediu para ressaltar para a presidente do movimento que eles são somente parlamentares, não é porque o vereador Mauricélio está presente, que é líder da Prefeita, que o seu comprometimento com ela é verdadeiro, ele não vai e espera que nenhum vereador vá se comprometer pelo Executivo, porque não podem se comprometer com uma coisa que eles não podem fazer, pois o que está se discutindo é um entendimento para que se possa buscar esse convênio desse Projeto Federal junto ao Município; que acredita que todos os vereadores estão sensíveis a esta causa, até porque a comissão já os procurou para explicar mais ou menos como é a situação, mas ele não pode mentir para o movimento e dizer que a Prefeita vai fazer e depois irem dizer que o vereador Abel Galinha estava numa audiência pública e se comprometeu que a Prefeita vai fazer esse convênio, então deixou bem claro e para todos os presentes do movimento que quer somar com eles, mas que não tem o poder de assinar pela Prefeita. Vereador **Mario Cesar** disse que é uma pena que nenhum representante do Poder Executivo esteja presente, mas será dado andamento a audiência pública. **Maria Ferraz** solicitou a formação de uma comissão que será formada por três representantes dos trabalhadores para acompanhar todas as negociações até que o Projeto tramite aqui na Câmara Municipal. Sugeriu que os

trabalhadores escolhessem três representantes para serem apresentados ao Apoio Legislativo para oficializar essa comissão que irá representar os trabalhadores para acompanhar esse entendimento da Câmara, Poder Executivo e os trabalhadores; convidou para ocupar a tribuna com o tempo de dez minutos o senhor Ricardo Matos, que é o representante do Conselho das Cidades, mas antes dele deixou que o senhor Adalberto e a senhora Carla Cristina se pronunciassem por um tempo de cinco minutos cada um. **Carla Cristina -** disse ser presidente da associação dos moradores de aluguel do Estado de Roraima e dona de casa do bairro Caranã. Em relação ao esclarecimento do programa Bolsa Aluguel, explicou que vem também do controle social, dignidade às famílias de baixa renda, por isso é que está tendo esse clamor aos vereadores para que seja aprovado esse projeto, porque o Estado só tem a crescer e terá muita demanda, ou seja, futuramente será um processo de atendimento às famílias de baixa renda do Estado de Roraima, por isso os moradores vêm esclarecer que é um processo que já existe a nível nacional e eles querem de fato consolidar aqui no Estado de Roraima, porque se sabe que Prefeitura e Governo trabalham juntos, então que a questão seja socializada e consolidada num processo correto, o qual seria os representantes do movimento e os vereadores, que são a base do Poder Público Municipal, que irão atender a essa realidade. Sabe-se que leva tempo para que essas casas sejam construídas e enquanto isso essas famílias estão desabrigadas e ganhando um salário mínimo e tendo que pagar quinhentos ou seiscentos reais de aluguel e tendo que sustentar três, quatro ou até cinco filhos. Considera ser injusto para eles porque em outros Estados já existi o bolsa aluguel e aqui ainda não tem, ou seja, basta a boa vontade dos vereadores em querer aprovar, a questão da comissão, ela não somente corresponde ao questionamento do bolsa aluguel como os entraves que estão passando em relação as suas áreas que foram habilitadas pelo programa minha casa minha vida; que existem dez entidades que estão habilitadas para o programa, seria quase três mil habitações, mas infelizmente não estão conseguindo avançar por conta da burocracia que se encontra nesse Município e no Estado em relação as áreas; que essa comissão é importante e que se tenha uma outra audiência pública para se resolver a questão fundiária do Município e do Estado de Roraima, porque não irão conseguir realizar construção de habitação para as famílias de baixa

renda, se não estiverem na ofensiva. Finalizou dizendo que estão contando com o apoio dos vereadores para a aprovação desse processo primeiramente com o bolsa aluguel e no segundo processo regularizar. Vereador **Mario Cesar -** agradeceu a presença do Presidente Léo Rodrigues que mesmo com problema de voz estava acompanhando a audiência e estava sendo representado pela vereadora Aline Rezende. Convocou outro representante dos trabalhadores para falar em nome da categoria, o senhor Adalberto e avisou que o mesmo teria cinco minutos para fazer suas colocações. **Adalberto -** cumprimentou a todos os presentes e disse que iria usar o seu pronunciamento abrindo dois minutos para o companheiro Carlos Evandro fazer sua explanação em nome do movimento e logo em seguida faria o seu pronunciamento. **Carlos Evandro -** disse está numa audiência pública onde deveria ser garantido ao povo o direito de falar, porque quem vive as consequências desse caos social são todos os que estão presentes precisando de uma casa; que a elite brasileira os vê como vândalos; que acha injusto o bolsa aluguel, pois é de competência do Município prover o bolsa aluguel. Disse que o povo necessitado de casa invadiu a feira do bairro Pintolândia. Relatou que foi até a Codesaima e recebeu como resposta que iriam abrir um precedente para que eles se cadastrassem e desde 2009 que estão inscritos esperando casa e nunca foram contemplados. Salientou que quando se manifestam invadindo terra, são expulsos pela policia, então acha uma injustiça os vereadores se posicionarem contra o bolsa aluguel. Frisou que está presente nesta audiência pública e é sensível a esta causa, o senhor Ricardo Matos. O povo não quer esmola da Câmara, querem somente o dever dos vereadores em aprovar o bolsa aluguel. Vereador **Abel Galinha -** pediu para esclarecer que nenhum vereador é contra a criação do bolsa aluguel, não precisa ele se indignar com vereador, porque a audiência pública é para discutir a melhor maneira de sensibilizar o Executivo para que se faça o convênio. **Adalberto -** em sua explanação disse que acredita que tanto a Casa quanto o movimento precisa amadurecer mais essa discussão, pois o movimento tem o domínio da informação que poderia, através da Comissão, passar para esta Casa Legislativa; que o bolsa aluguel é uma realidade pelo Brasil a fora. Mais de quatro mil Municípios são beneficiados e, este recurso é oriundo do fundo de desenvolvimento social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); que é um

programa como o bolsa família, mas com um valor maior para levar dignidade às famílias que são vítimas de catástrofes e estão em situação de vulnerabilidade social. A realidade de Boa Vista é que não tem nenhum problema de catástrofe, entretanto, tem inúmeras famílias vivendo em estado de total vulnerabilidade social, habitando dentro de lagoas por uma falta de planejamento técnico do próprio Executivo, que é omisso nesse sentido e não entende porque, mesmo sendo precursora na desorganização no processo habitacional de Boa Vista, a Prefeita não tem comparecido aqui para discutir isso com o Movimento. Pediu para deixar registrado que a luta por moradia é uma constante, os movimentos aqui presentes não recuam porque avançam passo a passo em busca dessa conquista até chegar a um ponto onde não precisem mais reivindicar moradia. Existem diversos exemplos por todo o Brasil, do respeito do Poder Público com o cidadão no que tange a questão de moradia, porque o que é oferecido como moradia para eles está longe de ser chamado de moradia digna. Citou o Artigo Primeiro, parágrafo único da Constituição Brasileira que diz que todo poder emana do povo e deve ser exercido em favor do povo e espera que esta Casa Legislativa seja realmente a Casa do povo e que os edis, nela empossados, sejam verdadeiramente representantes do povo. **Fábio Lima -** cumprimentou a todos os presentes e disse que a Superintendência do Patrimônio da União em Roraima tem pouco mais de seis anos, antes era um posto do Amazonas e com o passar do tempo foi transferida as terras para o Estado de Roraima e em 2009 foi criada a Lei 11952, que diz que toda a área dos Municípios é transferida através dessa Lei de regularização fundiária. A Superintendência do Patrimônio da União trabalha com o objetivo de encontrar áreas para habitação de interesse social e essa Lei transferiu toda a gestão das terras, que eram antes de competência do INCRA e da SPU, para uma secretaria especial que é a CEFAL (Programa Terra Legal) e a SPU já solicitou ao "terra legal" que reserve áreas para habitação de interesse social para atender o Movimento, mas que até agora não obtiveram resposta. A SPU tem o interesse que tenha essas áreas para que as famílias sejam atendidas de maneira certa; que a Superintendência procurou a base aérea de Boa Vista, onde as famílias foram despejadas do acampamento Augusto Mariano, para que faça a reversão daquela área para a União, mas todos sabem que tem a questão dos Poderes e uma empresa do ramo imobiliário entrou na justiça e ficou determinado

que a área fosse esvaziada e isso incluiu até a área da União porque não sabiam os limites; que despejaram todas aquelas famílias, então para esse tipo de situação é interessante o bolsa aluguel, para que as famílias não sejam desabrigadas e fiquem como estão agora numa Chácara cedida por pouco tempo. O que se discute também na Superintendência é uma possibilidade que se tenha uma reversão de área do Exército, que fica próximo ao Pérola do Rio Branco. Frisou que o Superintendente Paulo André já esteve com o General Jaborandi e ficou de marcar uma visita conjunta para avaliar. A intenção é que quando acontecesse isso, que um representante do Movimento dos Trabalhadores fosse junto, mas até agora não obtiveram resposta de quando vai acontecer ou se o Exército vai ter esse interesse. A Superintendência da União não está sendo omissa com essa situação, porque estão correndo atrás não somente no Município de Boa Vista, mas também no Estado inteiro, inclusive já foi oficiado a coordenação do terra legal no Estado para que se reserve essas áreas de habitação de interesse social, então se o terra legal não reservar vai ser transferido para o Município de Boa Vista como está sendo feito o processo de transferência; que depois de transferido se a União tiver interesse em fazer uma área de habitação social, vai ter que comprar a área do Município. Adiantou que estão dependendo do terra legal o qual tem como coordenador o senhor Ivan Luiz e seria interessante que ele estivesse presente para que o Movimento cobrasse e ele pudesse explicar. Quanto ao acampamento Augusto Mariano, o que estava faltando era o Geo-referenciamento e o Coronel Beritani está tratando isso com boa vontade e tem certeza que isso vai ser resolvido. Atualmente existem áreas que estão em nome da União, mas essas áreas não estão desocupadas, como as áreas do extinto Banco de Roraima, do extinto DER, da extinta LBA e que estão na gestão, mas existem pessoas morando. **Maria Alves Ferraz -** perguntou ao senhor Fabio Lima se o acampamento Augusto Mariano tem a possibilidade de voltar para o Movimento para fazer habitação de interesse social. **Fábio Lima** em reposta disse que a área, sendo da União, a ideia é que se discuta no GT de regularização fundiária para ver a destinação certa para que se possam ser construídas essas casas, essa é a posição da SPU porque tem que obedecer a Legislação; que sabe que a vontade do Movimento é grande de resolver as coisas, mas esbarram nas leis que têm que ser cumpridas. Vereador **Mario Cesar -** disse ter

certeza que os trabalhadores vão conquistar esse objetivo e frisou que na hora em que esse Projeto tramitar aqui na Câmara com certeza vai ser concretizado. Esclareceu que depois do levantamento feito, se comprova que há um entrave também em alguns órgãos que não avançam para que esses Projetos sejam concretizados, como por exemplo, quando se pede agilidade na análise dos Projetos de habitação de interesse social do programa minha casa minha vida, nas entidades, nas Secretarias Municipais de Urbanismo e habitação, na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, no Corpo de Bombeiros, no Conselho das Cidades, na Câmara Municipal, na Implementação do Conselho Estadual das Cidades. A Câmara hoje já sai dessa relação, porque esta Casa está aberta com os trabalhadores. Vereador **Flávio do Padre Cícero -** parabenizou a dona Maria e fez uma defesa aos vereadores, lembrando a mesma que a vontade dos vinte e um vereadores era estarem presentes nessa audiência pública, mas hoje haverá uma Sessão Itinerante e têm alguns envolvidos na organização, por isso não estão presentes, mas o respeito dessa Casa com os Movimentos é real, pois apesar de os vereadores não estarem aqui, os seus assessores estão cientes do que está acontecendo e vão passar todas as informações para eles. **Ricardo Matos** cumprimentou a todos os presentes e parabenizou a Câmara Municipal por trazer à sociedade civil a discussão de problemas e frisou que estão exercendo o que determina o bom senso, ou seja, estão cumprindo uma Lei Federal que é o Estatuto das Cidades e trouxe como exemplo da participação social a mensagem da Presidenta da República nº 517 de 21 de novembro, onde ela vetou um Projeto de Lei da Câmara de Deputados porque a população não foi ouvida; disse ter vindo da conferência nacional das cidades e a Presidenta da República, o Ministro Agnaldo Ribeiro, o Ministro General Carvalho e todos os Ministros e técnicos, junto com parlamentares chamaram para si a responsabilidade em relação à participação popular e esta Casa está de parabéns em tomar essa atitude de discutir com a população, porque quem faz as leis e as aprova são os políticos, mas com a participação do controle social e da população, a coisa flui mais rapidamente e com mais facilidade; que em dois mil e oito participou de um seminário internacional de locação social em Brasília, onde duas Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades eram as

coordenadoras. Frisou que a coordenação geral foi feita pela atual Prefeita de Boa Vista, Teresa Surita e Inês Magalhães que hoje é Secretária Nacional de Habitação. Este Projeto não vem solucionar o problema de déficit habitacional, ele vem para resolver uma situação emergencial, como aconteceu agora que houve uma reintegração de área e essas famílias tinham que ser alocadas, mas existem critérios que estão no Projeto de Lei onde os vereadores vão indicar ao Executivo porque quem administra a despesa é o Executivo. O que os movimentos sociais estão buscando é a parceria dos vereadores nesse Projeto, porque a grande maioria dos municípios do Brasil tem esse Projeto e eles têm critérios técnicos, como a vistoria do imóvel que vai ser alocado, se o mesmo tem condições de ser habitado ou não. Quando no parágrafo primeiro do artigo primeiro, diz que é situação habitacional de emergência ou de vulnerabilidade social, quando for de emergência tem que acompanhar o laudo da defesa civil, pois para efeito da lei a família em situação de emergência é aquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de alguma situação natural. O valor da bolsa aluguel é de quinhentos reais, a quantidade máxima de atendimento é de cem famílias por um período de seis meses, podendo ser prorrogado, isso dá um impacto no orçamento do Município, caso ele não queira depender de recursos federais, de seiscentos mil reais, se prorrogado, então é um impacto muito pequeno pelo que isso representa socialmente para a população nessa situação. Há uma preocupação da titularidade do pagamento do benefício ser feito preferencialmente à mulher responsável pela família. Há uma condição de seleção também que são as famílias com maior risco de habitabilidade, presença de crianças de zero a doze anos, portadores de deficiência e idosos a partir de sessenta anos ou doentes crônicos. Disse que isso está acontecendo hoje porque não existe um cumprimento de leis federais e de leis municipais; que hoje a EMHUR é um grande entrave, ela está sendo conduzida de forma ditatorial, pois existe uma Lei Municipal que diz que em área especial de interesse social, habitação de interesse social e habitação popular têm prerrogativas de excepcionalidade, então tem plano urbanístico específico e não está sendo cumprido; que leu o Código Ambiental atual e uma das prerrogativas de levantamento desse Código é a participação popular e priorizar a população que está em situação de área especial de interesse social; que a EMHUR não entende essa situação. O tratamento

dado para habitação de interesse social é tão grande que o meio ambiente, que faz sucesso mundial, declina para habitação de interesse social. A ocupação até de áreas de APP, isso é para se ter uma ideia do que é o envolvimento, a necessidade resolver o problema de moradia, se fosse cumprida a lei, essas famílias que aqui estão não estariam pedindo o bolsa aluguel, já tem hoje, como disse a Carla, três mil unidades habitacionais habilitadas para o programa minha casa minha vida entidades, o único Projeto habitacional que não tem cota habitacional é o Minha Casa Minha Vida, este programa institucional já está com a cota estourada para 2014, o Minha Casa Minha Vida Empresarial também já está com a cota estourada para 2014, onde ainda tem cota disponível é Minha Casa Minha Vida Entidade, ou seja, é importante que se faça essa comissão que foi proposta e chamando a Câmara para fazer parte dessa comissão, chamada de Comissão de Agilização de Analise de Projetos de interesse social Minha Casa Minha Vida, que envolve entes do Município para que seja viabilizado o bolsa aluguel que é emergencial, embora ele não vá resolver o problema de déficit habitacional, vai abrir uma questão de ordem para que os órgãos municipais tenham consciência de cumprir uma lei federal e de cumprir o plano diretor participativo de Boa Vista. Fez a leitura da Lei n° 925 no artigo 43 e no artigo 65 que diz que: serão admitidos lotes com dimensões inferiores estabelecidas nesta lei, no caso 250 m² que é o plano diretor, nos seguintes casos; área de interesse social, quando a situação de fato não é inviável em relação fundiária. O artigo 65 da mesma lei dá mais ênfase ainda quando diz que na regularização de parcelamento solo para fins urbanos, o Município adotará como referência os parâmetros urbanísticos dispostos na sessão dois, capitulo quatro dessa lei, que é o que determina o Plano Diretor, mas ele abre no parágrafo terceiro, nos incisos 1,2,3 e 4, que diz que o Município poderá estabelecer, ouvindo o Conselho Municipal de Boa Vista e mediante lei específica, parâmetros para empreendimentos a serem regularizados especialmente no que tange a dimensão de lotes, de quadras, sistema viário e estudo de viabilidade urbanística, no caso de habitação de interesse social. Estão pedindo cumprimento de uma Lei Municipal que está em vigência e uma Lei Federal que é o Estatuto das Cidades. Existem alguns parâmetros que não estão sendo observados pela Prefeitura, pois a lei que criou o programa minha casa minha vida, a 11977, foi atualizada pela lei 12424. Essa Lei está

sendo colocada para que se possa fazer um processo cuja locação social vai se tornar secundária a uma ação. Se a Prefeitura adotar a referida lei, fecha a súmula do contrato e abrem as quantidades para essas entidades que hoje estão habilitadas pelo Ministério das Cidades. A portaria 610 dá a prerrogativa que em situação de risco, de emergência ou determinação judicial, essas famílias não precisam necessariamente estar inscritas no programa de habitação do Município ou do Estado. O que está se pedindo é que o Poder Municipal tenha a sensibilidade de cumprir a lei, porque a locação social é uma situação de risco e emergencial. Esse impacto de seiscentos mil em um ano é pouco para a qualidade de vida que será dada para essas famílias. Vereador **Júlio Cesar -** anunciou que será aberto um espaço de três minutos para que os vereadores possam questionar e dar o seu ponto de vista. Iniciou falando que é com muito prazer que recebe as pessoas do movimento, onde existem pessoas que conhece a mais de dez anos. Explicou que muitas vezes os vereadores são cobrados e que o papel do Legislativo é representar cada um dos cidadãos Frisou que esteve a pouco tempo tentando contato com a parte do Executivo, mas os vereadores que fazem parte da Comissão, já têm ciência dessa realidade e pelo que estudou o que está faltando hoje não é uma lei e sim a regulamentação, uma autorização do Legislativo para que o Executivo faça valer uma lei já existente. Os vereadores podem fazer mudança e não vão se esconder, pois há cerca de um ano e três meses disseram está dentro do movimento Augusto Mariano pedindo voto e que quando precisasse estaria de mãos dadas com eles, só que nenhum dos moradores nunca se dirigiu a ele em busca de beneficio próprio, ou seja, os moradores sempre estiveram em busca de um representante para que não ficassem desamparados e da sua parte podem contar com ele. Como vereador da base da Prefeita tem certeza que ela é capacitada para levar esse sentimento à frente, porque quando foi Secretaria Geral do Ministério das Cidades, foi a autora desse Projeto. Disse ter conversado com o Fábio representante do SPU e ele disse que tem blog onde a Prefeita defende os momentos onde essa lei do bolsa família tem que ser aplicada e acredita com certeza que a Prefeita dentro de suas possibilidades, irá se sensibilizar pela capacidade administrativa que tem de fazer valer a voz do movimento. Vereador **Manoel Neves -** cumprimentou a todos os presentes e disse que tem certeza que os integrantes do movimento, que, segundo ele,

estão no seu direito, pois muitas vezes essas pessoas de baixa renda ocupam um espaço e às vezes são expulsas de uma forma agressiva, pessoas essas que lutam para ter uma vida digna, com direito à moradia, como a Constituição Federal garante. Parabenizou o vereador Abel Galinha que desde o inicio se mostrou a disposição para ajudar o movimento e agora vai depender da Prefeita Teresa, mas acredita que ela vai ser sensível a essa reinvindicação que a Comissão de Vereadores irá levar até ela, onde o Presidente é o vereador Mario Cesar e sabe que vai ser transmitido tudo o que está se passando para a Prefeita; que é uma lei federal e que o recurso já existe e que isso não será nenhum favor a este movimento, vai somente legalizar a lei e o movimento passa a ter os seus direitos legais; que se depender dos vereadores assim que esse Projeto chegar a esta Casa, ele vai ser aprovado por unanimidade. Vereador **Edilberto Veras** cumprimentou a todos os presentes, parabenizou o movimento dos trabalhadores sem teto de Roraima e sugeriu que o Projeto fosse ampliado não somente para Boa Vista, mas que sirva de exemplo para outros municípios. Falou para o senhor Fábio da SPU, que a mais de dez anos a comunidade Frei Galvão, no Monte das Oliveiras, foi levada a Superintendência do Patrimônio da União em Roraima para fazer um estudo por varias vezes e quando começou a fazer o trabalho social havia somente dezesseis barracos e que foi aumentando; que ali é uma área de risco, pois quando chegaram àquele local não havia nada de estrutura, as pessoas iam pegar água no Rio Cauamé; que existe uma pessoa lá muita sensível que se chama Sebastiana, que, foi loteando para dar moradia digna e que depois houve aquela ocupação e a invasão. Falou para o Júnior da Vanda que os vereadores estão dispostos a ajudá-lo. Disse que hoje existe no Município de Boa Vista, através de pesquisa CNBB, IBGE e Pastoral da Criança, mais de dez mil crianças em vulnerabilidade social em Boa Vista e isso significa que deverá ter no mínimo três mil famílias nessa situação. Disse que o seu olhar é mais otimista do que o da senhora Maria Ferraz, ela disse que ficaria feliz se todas as famílias saíssem daqui com os seus quinhentos reais para ter uma moradia digna, mas ele é mais otimista por querer que todas as famílias de Boa Vista e de Roraima conseguissem sua moradia. Relatou que ontem foi uma senhora em seu gabinete questionar que algumas moradias estavam sendo alugadas e ele respondeu que ela passe para ele quem estava alugando para

que os vereadores tomassem providência quanto a isso. Vereadora **Aline Rezende** agradeceu a presença de todos em especial Técnico Ricardo Matos, pelas suas explicações, porque ele fez com que as pessoas presentes entendessem ainda mais o que o movimento está querendo, que é de direito. Falou que podem contar com os vereadores, pois assim como em uma Sessão anterior foram procurar os Vereadores e eles prontamente marcaram esta audiência pública para hoje, frisou que o compromisso com o movimento dos trabalhadores sem teto está valendo e que juntos vão lutar por essa causa. Sugeriu que fosse feita uma Indicação, porque esta é uma causa que todos os vereadores estão juntos, ou seja, esta Indicação é para que a Prefeita faça um Projeto com urgência e que venha para esta Casa, pois o mesmo será aprovado para que as pessoas tenham o direito de receber essa bolsa; que tem certeza que a Prefeita vai ser sensível a esta causa, até porque esta bolsa foi um Projeto dela quando Deputada Federal, então acredita que ela tem interesse de trazer esse beneficio para Boa Vista também. Vereador **Abel Galinha** parabenizou o vereador Mario Cesar pela iniciativa dessa audiência, porque o mesmo está presente nesta Casa Legislativa todos os dias, preocupado com a população. Vereador **Mario Cesar** agradeceu e pediu ao Apoio Legislativo da Casa, através da Presidente em exercício a Vereadora Aline Rezende, para enviar para a Prefeita Tereza Surita o que foi proposto nesta audiência de hoje, bem como falar para ela que os vereadores precisam que ela envie para esta Casa um Projeto para regulamentar o bolsa aluguel de Boa Vista; que ela tem uma experiência muito grande por já ter sido Secretária Nacional do Ministério das Cidades; que lembra que em muitas colocações ela elogiava e defendia a importância do bolsa aluguel no Brasil inteiro, inclusive ela tem programas sócias e isso é valorizar o ser humano. Falou que não foi preciso que nenhum trabalhador dormisse na Câmara para ter acesso as dependências dessa Casa, porque na hora em que chegou aqui a senhora Maria Ferraz, a quem admira muito, ela foi atendida; que quando ele era um líder estudantil ia para luta, aonde chegou a ser preso por conta da ditadura militar, quando foi prestar um depoimento no comando da aeronáutica pela defesa da democracia, onde disse que ninguém iria lhe calar. Disse que muita gente não conhece a sua luta desde líder estudantil até ir levado preso para um comando de uma força aérea Brasileira em defesa da democracia, a qual nós

exercemos hoje. Lamentou que muita gente busque somente coisa negativa da Câmara Municipal e esquece quantos Projetos importantes os vereadores já aprovaram em pouco espaço de tempo, mas fica alegre em esta Casa abrir espaço para esses trabalhadores sem teto. Elogiou ao senhor Ricardo Matos pelo seu conhecimento técnico, porque se não fosse por causa dele, muita gente não estaria morando em sua casa própria e não haveria bairros legalizados. Isso tudo aconteceu por causa de sua boa vontade de viabilizar os seus Projetos que atendem as pessoas de baixa renda de Boa Vista. Parabenizou a senhora Maria Ferraz. **Maria Ferraz** agradeceu a Câmara de Vereadores e principalmente o povo da periferia que está precisando de uma bolsa aluguel, de uma casa, de uma moradia digna, principalmente as famílias do acampamento Augusto Mariano, que estão presentes nessa audiência que estão sofrendo desde a demarcação Raposa Serra do Sol. Finalizou agradecendo ao vereador Mario Cesar pedindo para ir ao seu programa agradecer a esta Casa Legislativa, agradeceu a vereadora Aline Rezende. Pediu para que este Projeto seja levado até a Prefeita Tereza Surita e que ele seja aprovado o mais rápido possível, porque essas famílias precisam e não estão buscando isso para os seus bolsos, este benefício é para as famílias que têm necessidades. Falou para o senhor Fábio que o movimento está entrando na SPU com o pedido da área do acampamento Augusto Mariano, porque querem fazer um condomínio para que essas famílias que foram despejadas possam ter o seu lugar de volta. Vereador **Mario Cesar** agradeceu a presença do Fábio da Superintendência do Patrimônio da União em Roraima, um órgão muito importante e disse que irão mandar uma comunicação oficial da Câmara Municipal falando que a Prefeita envie para esta Casa o Projeto de legalização do bolsa aluguel para que os vereadores aprovem, caso isso não aconteça, pediu que os vereadores fizessem uma Indicação coletiva, que todos assinassem e enviassem à prefeita Teresa Surita solicitando a legalização desse Projeto. Frisou que o mais importante é que a solução está saindo hoje desta audiência pública. Agradeceu a presença de todos. Vereadora **Aline Rezende** disse que feito o pedido, a Casa irá providenciar a Indicação em nome de todos os vereadores para que seja encaminhada à Prefeita Teresa para que se possa fazer valer a lei do bolsa aluguel para que as pessoas do movimento dos trabalhadores sem teto tenham seus direitos respeitados.

Não havendo mais nada a tratar a Presidente em exercício Vereadora Aline Rezende agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Sessão. Plenário "Estácio Pereira de Melo", Boa Vista/RR, 27 de novembro de 2013. XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Aline Mª de Menezes Rezende Chagas
Vice - Presidente

Júlio Cézar Medeiros Lima
1º Secretário